



Santos Dumont, no Rio: parlamentares alegam que MP encarece voos em momento de alta dos preços

Senadores aprovam despacho gratuito de bagagem em voos

Governo defende cobrança como forma de atrair mais aéreas

DE BRASÍLIA

O Senado deu aval ontem, por 53 votos a 16, ao despacho gratuito de bagagem na aviação comercial. A votação representa uma derrota do governo e das companhias aéreas, que nas últimas semanas fizeram um esforço junto a senadores para tentar derrubar a previsão de gratuidade aprovada pelos deputados no final de abril.

O tema é discutido na medida provisória conhecida como MP do Voo Simples. Uma vez que o texto da proposta foi alterado pelo Senado em outros pontos, a MP voltará para a Câmara.

Não é a primeira vez que o Congresso se movimentou para mexer com essa regra do setor. Em 2019, o Parlamento chegou a aprovar o retorno da gratuidade, mas a benesse foi vetada pelo presidente Jair Bolsonaro e posteriormente mantida pelos parlamentares.

À época, o movimento foi encarado como um voto de confiança nas tratativas que o governo já tocava para atrair mais empresas ao mercado doméstico. A pandemia que se iniciou no ano seguinte, no entanto, pôs as conversas na geladeira, diante do forte impacto da doença na movimentação aérea, diz o Executivo.

Essa linha do tempo foi ressaltada pelo governo e pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) nos últimos dias para tentar con-

vencer os senadores a retomar a cobrança derrubada pelos deputados.

Em audiência pública no Senado no início do mês, o diretor-presidente da Anac, Juliano Noman, apontou que pelo menos oito companhias aéreas manifestaram interesse em operar no Brasil desde que a cobrança pelo despacho de bagagem na aviação foi implantada, em 2017.

Noman destacou pendências judiciais que impediram a eficácia da regra logo após sua edição pela agência e a decisão do Congresso em 2019 de retomar a gratuidade, iniciativa depois vetada por Bolsonaro.

Na audiência pública, o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), havia demonstrado insatisfação com o modelo atual de cobrança pelo despacho,

junto do líder do PSD Nelson Trad (MS).

Trad então apresentou emenda para restaurar o texto da Câmara, após o relator da medida no Senado, Carlos Viana (PL-MG), retomar a cobrança. O destaque de Trad foi aprovado por 53 a 16.

ALTERAÇÕES

Entre as alterações do texto do relator que farão a MP voltar à Câmara, está uma emenda que destina 40% da Contribuição Social para o Ensino Profissional Aeronáutico para o Serviço Social do Transporte (Sest) e para o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). Os outros 60% seriam destinados para o Fundo Aeroaviário, que atualmente recebe 100% dos recursos. (Estádio Conteúdo)

ARGUMENTOS

Ontem, o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), deu esperanças de que o governo poderia tentar reverter a gratuidade, após o parlamentar mostrar uma outra visão sobre o tema, dessa vez alinhada ao Executivo e ao parecer do relator da matéria no Senado, Carlos Viana (PL-MG). "A gente manter o texto da Câmara vai fazer com que paguemos no futuro um preço maior (nos bilhetes)", disse o líder do PL, emendando que "não existe almoço grátis". A orientação do PL, no entanto, não foi suficiente para evitar a derrota do governo. "O sentimento de que os custos e os preços estão elevados não pode ter como resposta uma medida para elevar custos. Elevação de custos essa que penaliza os atuais operadores e contribui para afastar potenciais concorrentes", escreveu o relator da matéria no Senado, segundo quem o caminho da "liberdade tarifária" é parte dos compromissos assumidos pelo País com outras nações por meio dos acordos sobre transportes aéreos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades **Caderno:** B **Página:** 1